



Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado

Unidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPELINHA

Município: CAPELINHA/MG



Sumário

I - DADOS BÁSICOS	3
II - IDENTIFICAÇÃO DOS DIRIGENTES	3
III - INTRODUÇÃO	3
IV - METODOLOGIA	4
V - CONSTATAÇÕES	6
VI - CADASTRO DA NOTIFICAÇÃO	29
VII - REGISTRO FINAL SOBRE A NOTIFICAÇÃO	29
VIII - CONCLUSÃO	30





SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



I - DADOS BÁSICOS

Finalidade: Auditoria Programada

Entidade Responsável: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPELINHA

CPF/CNPJ: 19.229.921/0006-63

Município/UF: CAPELINHA-MG

Unidade Visitada: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPELINHA

CPF/CNPJ: 19.229.921/0006-63

Município/UF: CAPELINHA/MG

Demandante: Componente Estadual do SNA

Forma: Direta

Objeto: Controle, Avaliação e Auditoria

Abrangência: Janeiro/2023 a junho/2024

Gestão do Prestador: Plena

Fase(s):

Tipo da Fase	Data Início	Data Término
Analítica	22/04/2024	21/06/2024
Execução - In loco	24/06/2024	28/06/2024
Relatório	01/07/2024	12/07/2024

Tarefa Nº: 150499

Natureza da Entidade: Municipal

II - IDENTIFICAÇÃO DOS DIRIGENTES

III - INTRODUÇÃO

FATOR DESENCADEANTE

Trata-se de ação de Auditoria Programada, em atendimento ao Plano Anual de Auditoria de 2024, que propõe a realização de auditoria nos municípios que assumiram a gestão de seus prestadores, verificando o atendimento às responsabilidades sanitárias dispostas no Anexo III da Resolução de Consolidação CIT nº 1, de 30 de março de 2021, bem como nas demais normativas aplicáveis.

OBJETIVO E ESCOPO

Avaliar se o Município de Capelinha, que assumiu a gestão dos seus prestadores, está organizado quanto à implantação e operacionalização do Componente Municipal de Auditoria (CMA); implantação e operacionalização do Serviço Municipal de Controle, Regulação e Avaliação (SCRA); estruturação legal do Fundo Municipal de Saúde (FMS); regularidade do processo de formalização de Contratos e/ou Convênios com o prestador assistencial hospitalar localizado na sede do Município; e regularidade na apresentação dos Instrumentos de Gestão do SUS.

O período de abrangência desta auditoria é referente a janeiro/2023 a junho/2024.



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO DA AUDITORIA

O Município de Capelinha situa-se na região do Alto Vale do Jequitinhonha, Estado de Minas Gerais, a 435,5 km de distância da capital Belo Horizonte. Localiza-se na Macrorregião de Saúde Jequitinhonha e na Microrregião Turmalina/Minas Novas/Capelinha (PDR-SUS/MG 2019).

Segundo dados do Censo de 2022, sua população é de 39.626 habitantes, sendo essa população distribuída por uma área de 965,2 km² (IBGE/2022). O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Capelinha é de 0,653, o que situa esse Município na faixa de desenvolvimento humano médio (Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil/2013).

Capelinha assumiu a gestão dos seus prestadores, por meio da Deliberação CIB-SUS/MG Nº 3.581, de 21/10/2021, com efeitos financeiros a partir de fevereiro de 2022. O Município possui 30 unidades de saúde cadastradas sob gestão municipal e que constituem a rede pública de saúde, entre as quais se destaca a presença de: duas Unidades Básicas de Saúde, um Centro Odontológico Municipal (CEOM), três Centros de Saúde, um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), um Centro de Atendimento e Enfrentamento à Covid, uma Academia de Saúde, um Centro de Especialidades Médicas (CEM), uma Farmácia Municipal, um Centro Estadual de Atenção Especializada, um Centro Municipal de Atendimento Multiprofissional (CMAN), um Laboratório de Análises e Pesquisas Clínicas, seis Postos de Saúde e um hospital privado conveniado ao SUS, a Fundação Hospitalar São Vicente de Paulo (Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - CNES, em 20/04/2024).

A Fundação Hospitalar São Vicente de Paulo (CNES nº 2135124 e CNPJ nº 15.557.480/0001-63) é uma entidade sem fins lucrativos e é o único hospital do município. Possui 63 leitos cadastrados no CNES, sendo 58 disponibilizados ao SUS. Esses leitos estão distribuídos nas seguintes especialidades: UTI Adulto - Tipo II, cirurgia geral, clínica geral, saúde mental, obstetrícia - cirúrgica e clínica, outras especialidades - crônicos e pediatria clínica (CNES, 20/04/2024).

IV - METODOLOGIA

A seleção e análise das temáticas da Auditoria Programada em municípios que assumiram a gestão de seus prestadores, seguirá as seguintes diretrizes metodológicas:

- Quanto ao Componente Municipal de Auditoria e ao Serviço Municipal de Controle, Regulação e Avaliação: será verificada a regularidade em relação à implantação e operacionalização dos serviços;
- Quanto ao Fundo Municipal de Saúde: não será contemplada a análise em relação aos recursos financeiros da contrapartida municipal, não sendo objeto de análise a verificação da regularidade das movimentações e a execução de despesas;
- Quanto aos Contratos e Convênios: não será contemplada a análise em relação aos processos licitatórios e contratos com prestadores não sediados no município auditado. A opção de legislação será determinada de acordo com a regência dos contratos firmados, conforme data de assinatura destes (Lei nº 14.133/2021 ou Lei nº 8.666/1993, Lei nº 10.520/2002, e arts. 1º a 47-A da Lei nº 12.462/2011);
- Quanto aos Instrumentos de Gestão do SUS: será verificada a formalização dos mesmos, sendo a análise restrita às formalidades de elaboração, registro/elaboração no Sistema DIGISUS e encaminhamento ao Conselho Municipal de Saúde e/ou Casa Legislativa. Não será contemplada a avaliação em relação à regularidade do conteúdo técnico e estrutural dos instrumentos, tampouco a compatibilidade com os instrumentos de planejamento orçamentário e financeiro do município.

FASE ANALÍTICA

- Análise do processo principal desta auditoria - SEI nº 1320.01.0014128/2024-34;
- Análise das pastas de papéis de trabalho desta auditoria - SEI 1320.01.0014133/2024-93 e 1320.01.0082144/2024-06;
- Verificação da Matriz de Planejamento – Eixo Plenos;
- Levantamento e estudo das legislações referentes ao município auditado e aos objetos de auditoria, principalmente, as que constam nos critérios da Matriz de Planejamento de auditoria;
- Análise de relatórios extraídos do CNES, referentes ao Município de Capelinha, acessados em 20/04/2024;
- Análise de Relatórios da PPI assistencial do Município de Capelinha, disponíveis no site:



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



<http://ppiassistencial.saude.mg.gov.br/consultappi>;

- Análise de Relatórios e documentos referentes aos Instrumentos de Gestão do município de Capelinha, disponíveis no Sistema DigiSUS, no site: <https://digisusgmp.saude.gov.br/v1.5/transparencia/downloads>;

- Análise de Relatórios e documentos referentes à gestão do FMS do município de Capelinha, disponíveis no site: <https://cidadesmg.com.br/portaltransparencia/faces/user/portal.xhtml?Param=PMCapelinha>;

- Análise do Relatório do Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil/Capelinha/2013;

- Elaboração do cronograma de auditoria;

- Envio do Ofício SES/GAB-AUDSUS nº. 269/2024, de 08 de maio de 2024, de comunicação de auditoria e solicitação dos seguintes documentos à Secretaria Municipal de Saúde (SMS) de Capelinha:

Componente Municipal de Auditoria (CMA):

1. Ato legal de criação do Componente Municipal de Auditoria;

2. Regulamento e/ou protocolo de atuação do Componente Municipal de Auditoria;

3. Organograma da SMS;

4. Ato(s) de designação e/ou nomeação do(s) profissional(is) auditores;

5. Registros das ações realizadas, incluindo Relatórios de Auditoria, Relatórios de Visitas, Pareceres Técnicos e/ou outros;

6. Inventário da estrutura (mobiliários e equipamentos) do setor de Auditoria;

7. Expedientes emitidos com o encaminhamento do relatório concedendo a oportunidade de manifestação do auditado frente o Relatório de Auditoria;

8. Expedientes emitidos com o encaminhamento de relatório/resultados de auditoria aos órgãos de controle interno e externo.

Serviço de Controle, Regulação e Avaliação (SCRA):

9. Protocolos de Regulação do Acesso implantados no município;

10. Relação dos profissionais que atuam no SCRA, contendo nome, cargo, descrição sucinta da função e carga horária de trabalho;

11. Documentos que comprovem a elaboração, discussão, aprovação, divulgação e capacitação dos servidores do SCRA e dos profissionais das unidades de saúde em relação aos protocolos de Regulação de Acesso;

12. Documentos que comprovem que as equipes de Regulação, Controle e Avaliação são capacitadas de forma permanente (cronogramas de capacitação, materiais didáticos, listas de presença, certificados, etc.);

13. Documentos que comprovem que as equipes de Regulação, Controle e Avaliação capacitam os profissionais das unidades de saúde de forma permanente (cronogramas de capacitação, materiais didáticos, listas de presença, certificados, etc.);

14. Agendas/planilhas de marcação de procedimentos ambulatoriais (consultas e exames especializados) e hospitalares disponíveis no seu território para população própria, dos três meses selecionados como amostra;

15. Agendas/planilhas de marcação de procedimentos ambulatoriais (consultas e exames especializados) e hospitalares disponibilizados em outros municípios (municípios referenciados a outros municípios), dos três meses selecionados como amostra;

16. Relatórios de contra referência e Relatórios de Tratamento Fora do Domicílio (TFD), dos três meses selecionados como amostra;

17. Lista de usuários referenciados por outros municípios, dos três meses selecionados como amostra;

18. Controle das cotas dos procedimentos especializados que são disponibilizados à população de referência, por município de origem, dos três meses selecionados como amostra;

19. Documentos técnicos que subsidiem a revisão da PPI (controle de cotas, atas de reuniões da Referência Técnica do SCRA e SMS e outros documentos que comprovem a revisão periódica da PPI);

20. Lista de Autorizadores de Internações Hospitalares (AIH) e de Procedimentos Ambulatoriais (APAC), com os respectivos vínculos funcionais e nomes dos estabelecimentos os quais os mesmos são responsáveis pelas autorizações;

21. Ato de designação do(s) profissional(is) responsável(s) pela autorização de AIH e APAC;

22. Documentos que comprovem a formação dos profissionais autorizadores de AIH e APAC (diploma, declaração de conclusão de curso, registro em Conselho de Classe);

23. Contratos de trabalho dos profissionais que autorizam as AIH e as APAC;

24. Espelhos de AIH das três últimas competências processadas;

25. Síntese de Produção de APAC das três últimas competências processadas;

26. Ato formal de nomeação da Comissão de Acompanhamento da Contratualização da Unidade Hospitalar São Vicente de Paulo;

27. Publicação no Diário Oficial (ou equivalente) com a composição da Comissão de Acompanhamento da Contratualização da Fundação Hospitalar São Vicente de Paulo;



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



28. Documentação comprobatória das atividades desenvolvidas pela Comissão de Acompanhamento da Contratualização da Fundação Hospitalar São Vicente de Paulo (atas, relatórios, planilhas e outros);
29. Ato formal de nomeação da Comissão Municipal Responsável pelo TFD ou de cada profissional para a função;
30. Extratos da conta corrente utilizada para pagamento do TFD e registros de movimentação bancária, dos três meses selecionados como amostra.

Fundo Municipal de Saúde (FMS):

31. Lei Municipal que cria o Fundo Municipal de Saúde;
32. Lei Orçamentária Anual (LOA) e Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) dos exercícios de 2023 e 2024;
33. Quadro Demonstrativo da Despesa (QDD) do FMS dos exercícios de 2023 e 2024;
34. Relação das contas correntes do FMS (contendo a especificação de cada conta);
35. Contrato com o banco e/ou outro documento com a identificação da conta da contrapartida municipal (15%), informando a qual CNPJ essa conta está vinculada (se ao CNPJ do FMS ou ao CNPJ da Prefeitura);
36. Extratos bancários da conta corrente de movimentação dos recursos da contrapartida municipal, dos três meses selecionados como amostra;
37. Ato legal de nomeação do atual Gestor Municipal de Saúde;
38. Ato de designação do atual Gestor Municipal de Saúde como ordenador de despesa;
39. Documento que formalize a delegação da ordenação de despesa a subalternos do Gestor Municipal de Saúde dentro da SMS, tais como Portaria ou Deliberação e respectiva publicação oficial;
40. Contratos e/ou convênios vigentes formalizados com o prestador Fundação Hospitalar São Vicente de Paulo;
41. Processos licitatórios referentes aos contratos e/ou convênios formalizados com o prestador Fundação Hospitalar São Vicente de Paulo;
42. Ato(s) normativo(s) de designação da comissão de licitação referente(s) ao(s) processos licitatórios e aos contratos e/ou convênios formalizados com o prestador de serviços hospitalares (Fundação Hospitalar São Vicente de Paulo) e/ou Ato de designação do Agente de Contratação ou Comissão de contratação conforme requisitos previstos na Lei nº 14.133/2021 (Art. 8º, § 1º, §2º, §3º).

Instrumentos de gestão:

43. Primeiro Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior (RDQA) do ano de 2024;
44. Ofício/E-mail ou outro comprovante de encaminhamento ao CMS do Primeiro Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior (RDQA) do ano de 2024;
45. Atas de reuniões do CMS de apreciação do Primeiro RDQA do ano de 2024;
46. Ofícios de encaminhamento dos Segundo e Terceiro RDQAs do ano de 2023 e do Primeiro RDQA de 2024 à Câmara de Vereadores;
47. Atas de reuniões da Câmara de Vereadores comprovando a apresentação dos Segundo e Terceiro RDQAs do ano de 2023 e do Primeiro RDQA de 2024 em audiência pública.

FASE OPERATIVA

A auditoria operativa foi realizada no período de 25 a 27/06/2024. A equipe de auditores da SES-MG apresentou-se na Secretaria Municipal de Saúde de Capelinha às 08h30min do dia 25/06/2024. Foi realizada a reunião de abertura da auditoria, visando explicar o objetivo da auditoria e conferir a documentação solicitada, por meio do Ofício SES/GAB-AUDSUS nº. 269/2024, de 08/05/2024 (Comunicação de Auditoria). Essa reunião contou com a presença da equipe de auditores, bem como da Secretária de Saúde (Sra. E.S.N.).

As atividades da fase operativa ocorreram na sede da SMS, bem como no Setor de Finanças da Prefeitura Municipal. Tais atividades consistiram na avaliação de documentos (sendo alguns copiados para análises posteriores) e na realização de oitivas com profissionais da SMS e do Setor de Finanças da Prefeitura Municipal. A reunião de encerramento dos trabalhos de auditoria ocorreu na sede da SMS, no dia 27/06/2024, às 13h30min e contou com a presença da equipe de auditores, da Gestora de Saúde e da médica reguladora, Sra. D.A.S.C.

LIMITAÇÃO

Não houve limitações aos trabalhos de auditoria.

V - CONSTATAÇÕES



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Grupo: Sistema Nacional de Auditoria

Constatação Nº: 688472

Subgrupo: Estrutura

Item: Estruturação/Fundamentação Legal

Constatação: Inexistência do Componente Municipal de Auditoria.

Evidência: Durante a auditoria, verificou-se que não existe Componente Municipal de Auditoria (CMA) em Capelinha.

Não existem documentos que demonstrem a existência de um CMA devidamente formalizado, como: Organograma da SMS de Capelinha, constando o CMA; ato legal de criação do CMA e Regulamento Interno e/ou Protocolo de atuação do CMA, contendo a especificação dos objetivos, das competências, das atividades e da composição da equipe de auditoria, assim como outros itens considerados importantes para o efetivo funcionamento do CMA.

Em relação aos recursos físicos e materiais, verificou-se que a SMS não possui espaço de trabalho definido, infraestrutura de informática composta por computadores, acesso à internet e impressora, linha telefônica, além de meio de transporte para execução das atividades de auditoria.

Verificou-se que a SMS também não conta com equipe multiprofissional para desempenhar as ações de auditoria, não existindo ato(s) de designação e/ou nomeação de profissional(is) auditor(es).

Além disso, não existem registros de ações de auditoria realizadas, incluindo Relatórios de Auditoria, Relatórios de Visitas, Pareceres Técnicos e/ou outros que demonstrem a atuação efetiva do CMA no Sistema Municipal de Saúde de Capelinha.

Tal fato está em desacordo com a Lei nº 8.689/1993, Artigo 6º, § 2º; com o Decreto nº 1.651/1995, Artigo 1º, Artigo 2º, Artigo 4º, caput e §3º e Artigo 5º, Inciso III; com o Manual: Orientação para Implantação de um Componente do Sistema Nacional de Auditoria do SUS - Série Auditoria do SUS - Volume 3 Brasília/DF/MS/2014, Capítulo: O que caracteriza um Componente do SNA Estruturado, pág. 28; com o Manual: Auditoria do SUS - Orientações Básicas, MS/2011, Capítulo 4: Requisitos básicos para implantação de um Componente do Sistema Nacional de Auditoria, pag. 35; com o Manual do Sistema de Informação Hospitalar do SUS (SIH-SUS) - item 4.5, pág. 12 - MS/2017, aprovado pela Portaria GM/MS nº 396/2000, Artigos 1º e 2º; com o Acórdão nº 1246/2017 - Plenário, do Tribunal de Contas da União - TCU - Data da Sessão: 14/6/2017 - Extraordinária, item 40, pág. 8; com o Modelo das três linhas do IIA 2020 - Uma atualização das três Linhas de Defesa e com a Resolução de Consolidação CIT N° 1/2021, Anexo III, Item 4.1 "q" e "r".

Fonte da Evidência: * Ofício 384/SMS/2024, de 07/06/2024 - Resposta da Sra. E.S.N., Secretária Municipal de Saúde de Capelinha, ao Ofício SES/GAB-AUDSUS nº269/2024, de 08/05/2024 - Comunicado de Auditoria;

* Termo de entrevista da Sra. E.S.N., Secretária Municipal de Saúde de Capelinha, de 26/06/2024.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: Por meio do Ofício 668/SMS/2024, datado de 7 de novembro de 2024, a Sra. E.S.N. (pessoa física e representante legal da Secretaria Municipal de Saúde de Capelinha) se manifestou da seguinte forma:

Não foi possível a criação e implantação do Componente Municipal de Auditoria, porque além do custo previsto para a criação e manutenção do mesmo, nosso Município é consideravelmente pequeno e precisa de apoio e maiores esclarecimentos sobre como se dará o desenvolvimento da implementação do Componente Municipal de Auditoria a se adequar dentro do Sistema Nacional de Auditoria.

De toda forma, o Município de Capelinha conta com setor de controladoria interna, sendo que todos os convênios, termos de compromisso, termos de colaboração são passados pelo crivo de prestação de contas.

Análise da Justificativa: Em sua manifestação, a Sra. E.S.N. reconheceu a ocorrência da não conformidade e informou os motivos pelos quais não foi possível corrigi-la. Além disso, ponderou que o município conta com setor de controladoria interna. Nesse sentido, é importante ressaltar que as atribuições do Componente Municipal de Auditoria do Sistema Único de Saúde - SUS são distintas das atribuições da Controladoria Interna Municipal. Na concepção trazida pelo Sistema Nacional de Auditoria - SNA, dentre outros enfoques, auditoria do SUS é um instrumento de qualificação da gestão que visa fortalecer o SUS, com vista à garantia do acesso e à qualidade da atenção à saúde oferecida aos cidadãos (Princípios, diretrizes e regras da auditoria do SUS no âmbito do Ministério da



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Saúde, 2017).

Avaliando-se a manifestação apresentada, considera-se que não foram apresentadas justificativas suficientes para afastar a não conformidade. Propõe-se a aplicação da penalidade de Advertência Escrita ao auditado.

Acatamento da Justificativa: Não

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPELINHA	19 229.921/0006-63

Recomendação: Implantar o Componente Municipal de Auditoria no Sistema Municipal de Saúde de Capelinha, por meio da instituição formal do Serviço (Organograma da SMS de Capelinha, constando o CMA; ato legal de criação do CMA e Regulamento Interno e/ou Protocolo de atuação do CMA); da disponibilização de recursos físicos e materiais para execução das atividades de auditoria (espaço de trabalho definido, infraestrutura de informática, linha telefônica e meio de transporte); da constituição de equipe multiprofissional para desempenhar as ações de auditoria e da efetiva realização e registro de ações de auditoria, por meio de Relatórios de Auditoria, Relatórios de Visitas, Pareceres Técnicos e/ou outros, conforme previsto na Lei nº 8.689/1993, Artigo 6º, § 2º; no Decreto nº 1.651/1995, Artigo 1º, Artigo 2º, Artigo 4º, caput e §3º e Artigo 5º, Inciso III; no Manual: Orientação para Implantação de um Componente do Sistema Nacional de Auditoria do SUS - Série Auditoria do SUS - Volume 3 Brasília/DF/MS/2014, Capítulo: O que caracteriza um Componente do SNA Estruturado, pág. 28; no Manual: Auditoria do SUS - Orientações Básicas, MS/2011, Capítulo 4: Requisitos básicos para implantação de um Componente do Sistema Nacional de Auditoria, pag. 35; no Manual do Sistema de Informação Hospitalar do SUS (SIH-SUS) - item 4.5, pág. 12 - MS/2017, aprovado pela Portaria GM/MS nº 396/2000, Artigos 1º e 2º; no Acórdão nº 1246/2017 - Plenário, do Tribunal de Contas da União - TCU - Data da Sessão: 14/6/2017 - Extraordinária, item 40, pág. 8; no Modelo das três linhas do IIA 2020 - Uma atualização das três Linhas de Defesa e na Resolução de Consolidação CIT Nº 1/2021, Anexo III, Item 4.1 "q" e "r".

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPELINHA	19 229.921/0006-63

Grupo: Assistência Média e Alta Complexidade

Constatação Nº: 688672

Subgrupo: Assistência Hospitalar/Ambulatorial

Item: Normas/Rotinas/Protocolos/Comissões Internas

Constatação: O município não implantou protocolos de regulação de acesso.

Evidência: Foi apresentado o Protocolo de Normatização do Tratamento Fora de Domicílio do Município de Capelinha - MG, que possui em sua estrutura os Princípios e Critérios que norteiam a ação de Regulação/Autorização das Especialidades que são encaminhadas para fora do município. O protocolo também aborda as Orientações Gerais para Preenchimento das Solicitações Médicas para as Especialidades, Exames e Procedimentos Médicos para a Central de Regulação do TFD. Apresenta orientações sobre Marcações de Serviços e Especialidades de Saúde, com base em critérios de classificação de risco para priorização do atendimento e gestão das filas de espera.

Em Entrevista, a Sra. B.C.C., responsável pela Coordenação Técnica de Regulação, informou que os profissionais das Unidades de Saúde aderiram ao referido Protocolo, aprendendo a utilizá-lo em sua rotina de trabalho e que as dúvidas são resolvidas e as orientações são realizadas de acordo com a necessidade, em reuniões pontuais com os médicos e enfermeiros. Tais reuniões não foram registradas. Informou ainda, que o município utiliza o Sistema Informatizado Saudeweb, para registro das classificações de prioridade e gestão das filas de espera. Foram verificados relatórios, extraídos do Saudeweb, que confirmam a existência de classificação de prioridade dos procedimentos encaminhados, por meio de TFD, para Diamantina e Belo Horizonte.



Entretanto, constatou-se que não existe um Protocolo de Regulação para classificação de risco/definição das prioridades dos casos para acesso aos procedimentos oferecidos no próprio município, com exceção das cirurgias eletivas, as quais são reguladas pela Médica Autorizadora, Sra. D.A.S.C., conforme comprovado em relatório extraído do Saudeweb.

Segundo a Sra. A.C.F.G., Coordenadora da Atenção Primária à Saúde, existem critérios gerais de priorização, categorizados de 1 a 4, em que os classificados como 1 são de prioridade baixa (a pedido do paciente) e os classificados como 4 são de alta prioridade/mais urgentes. A orientação aos médicos das ESFs em relação a esses critérios foi realizada em reuniões, bem como pelo WhatsApp.

Foi verificado um Tutorial para cadastramento de consultas e retornos especializados atendidos no Município, apresentado aos médicos das ESFs em reunião, que possui os referidos critérios. Trata-se de critérios numéricos sucintos, como, por exemplo: "Tipo de demanda - Consulta; Classificação de prioridade: 4 - alta, 3 - média, 2 e 1 - baixa". Portanto, constatou-se que a regulação realizada pelos médicos das ESFs, referente às consultas especializadas e aos exames oferecidos no próprio município, não ocorre com base em Protocolo de Regulação do Acesso, que contemple critérios clínicos de classificação de risco/priorização dos casos.

Tais fatos estão em desacordo com a Resolução de Consolidação CIT nº1, de 30/03/2021, Anexo III, Item 4.1.f; Portaria de Consolidação nº 2/2017, Anexo XXVI, Art.4º, Inciso V, Art. 8º, §1º, Inciso VII, Art. 10, Caput, Inciso VI, §3º, Incisos II e III, Resolução CIB-SUS/MG nº. 8.340, de 21/09/2022, art. 11 e Resolução SES/MG Nº 8.340, de 21/09/2022, Art.2º, Inciso I e Guia de Governança em Saúde, TCU, Cap. 4, Gestão Pública em Saúde, Secretarias de Saúde, pág.78, Item de Controle MAC, 4.6.

Fonte da Evidência:

- * Protocolo de Normatização do Tratamento Fora de Domicílio do Município de Capelinha - MG, sem data;
- * Termo de entrevista da Sra. B.C.C., responsável pela Coordenação Técnica de Regulação, de 26/06/2024;
- * Relatórios TFD; Situação: Encaminhado; Destino: Diamantina, extraídos do Saudeweb. Amostra referente à consulta médica em atenção especializada com médico gastroenterologista e exames de ecocardiografia transtorácica e colonoscopia, com definição de prioridade, dos anos de 2023 e 2024;
- * Relatórios TFD; Situação: Autorizado; Destino: Diamantina, extraídos do Saudeweb, (lista de espera). Amostra referente à consulta médica em atenção especializada com médico gastroenterologista e exames de ecocardiografia transtorácica e colonoscopia, com definição de prioridade, dos anos de 2023 e 2024;
- * Relatórios TFD; Situação: Autorizado; Destino: Belo Horizonte (lista de espera), extraídos do Saudeweb. Amostra referente a consulta médica em atenção especializada com médico ortopedista da coluna e médico hematologista, com definição de prioridade;
- * Relatórios de Regulação; Situação: Autorizado; Destino: Capelinha (lista de espera). Amostra referente às especialidades de cirurgia geral, urologia, otorrinolaringologia e ginecologia, com definição de prioridade;
- * Termo de entrevista da Sra. A.C.F.G., Coordenadora da Atenção Primária à Saúde, de 26/06/2024;
- * Tutorial para cadastramento de consultas e retornos especializados atendidos no Município, sem data.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: Por meio do Ofício 668/SMS/2024, datado de 7 de novembro de 2024, a Sra. E.S.N. (pessoa física e representante legal da Secretaria Municipal de Saúde de Capelinha) se manifestou da seguinte forma:

Foi realizada a sistematização das especialidades médicas atendidas no município, categorizadas por prioridade (alta, média e baixa). Atualmente, Capelinha dispõe das seguintes especialidades: Cardiologia, Neurologia, Pediatria, Ginecologia, Urologia, Ortopedia, Otorrinolaringologia, Oftalmologia, Cirurgia Geral, Endocrinologia, Dermatologia, Reumatologia, Pneumologia.

Anexamos as listas de espera das especialidades de cardiologia, ortopedia, ginecologia, oftalmologia, otorrinolaringologia e cirurgia geral, detalhando o tipo de demanda (consulta ou retorno) e a prioridade de cada paciente.

Análise da Justificativa: Em sua justificativa, o auditado informou que houve a sistematização das especialidades médicas atendidas no município e sua priorização e enviou em anexo - Relatório Regulação, com a lista de espera para especialidades ofertadas no Município e classificação de prioridade dos casos.



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Entretanto, não foi apresentado o Protocolo de Regulação para classificação de risco/definição das prioridades dos casos para acesso aos procedimentos oferecidos no próprio Município, nem documentos que comprovem a elaboração, discussão, aprovação e divulgação do mesmo, tanto para os servidores do SCRA, quanto para os profissionais das Unidades de Saúde.

Avaliando-se a manifestação e a documentação apresentadas, as justificativas foram parcialmente acatadas, não sendo suficientes para afastar a não conformidade. Propõe-se a aplicação da penalidade de Advertência Escrita ao auditado.

Acatamento da Justificativa: Parcialmente

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPELINHA	19 229.921/0006-63

Recomendação: Implantar protocolo de regulação do acesso, bem como comprovar a divulgação e capacitação dos profissionais da rede em relação ao mesmo, conforme previsto na Resolução de Consolidação CIT N° 1, de 30 de março de 2021, Anexo III, Item 4.1, f; Portaria de Consolidação N° 2/2017, Anexo XXVI, Art. 4º, inciso V; Art. 10, Caput, Inciso VI e §3º, Incisos II e III; Art. 8º, §1º, Inciso IV; Resolução CIB-SUS/MG n° 8.340, de 21/09/2022, Art. 2º, Inciso I e Art. 11 e Guia de Governança e Gestão em Saúde, Tribunal de Contas da União, Cap. 4. Gestão Pública em Saúde, Secretarias de Saúde, pág.78, Item de Controle MAC 4.6.

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPELINHA	19 229.921/0006-63

Grupo: Assistência Média e Alta Complexidade

Constatação N°: 688673

Subgrupo: Assistência Hospitalar/Ambulatorial

Item: Recursos Humanos

Constatação: O SCRA não capacita de forma permanente as equipes das unidades de saúde.

Evidência: Foram apresentados dois materiais didáticos, sem data, com os quais foram realizadas duas capacitações. A primeira foi para treinamento dos servidores que trabalham na Recepção das Unidades Básicas de Saúde (UBS), com o seguinte Tema: Roda de conversa com recepcionistas da Atenção Primária de Capelinha-MG - "O cuidado começa no acolhimento". Nessa capacitação abordou-se assuntos referentes a: Atribuições e Competência Profissional, Importância do Atendimento Humanizado, O que se marca em nossas UBS e Encaminhamentos. A segunda capacitação foi para os profissionais médicos, que trabalham na APS, com o tema: Roda de conversa com médicos da Atenção Primária de Capelinha - MG, "Promovendo o cuidado com maior equidade". Nessa capacitação, abordou-se os seguintes assuntos: Competência Profissional, O Papel do Médico na APS, Apresentação da RAS, Hierarquização dos Níveis de Complexidade de Atenção, Trabalho em Equipe, Atendimento Humanizado, O que se marca em nossas UBS e Encaminhamentos.

Foi apresentado ainda um Ofício s/n, de 30 de abril de 2024 - Da Secretaria Municipal de Saúde, assinado pela Coordenadora Técnica de Regulação e pela atual médica reguladora, que informa a ocorrência de reuniões periódicas entre Médico Regulador e Médicos e Enfermeiros Assistentes das Equipes da Estratégia Saúde da Família, do Município de Capelinha.

Contudo, não foram apresentadas listas de presença com datas da realização dessas atividades, bem como certificados e outros documentos que comprovem a ocorrência dessas capacitações. Também não foi apresentado um cronograma que



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



comprove a capacitação permanente das equipes das unidades de saúde.

Em Entrevista, a Coordenadora Técnica de Regulação, Sra. B.C.C., confirma que não existe capacitação permanente para as equipes das unidades de saúde.

Tal fato está em desacordo com a Portaria de Consolidação nº 2/2017, Anexo XXVI, Art. 8º, §1º, Inciso VII, Art.10, §3º, Inciso II.

Fonte da Evidência: * Material Didático: Roda de conversa com recepcionistas da Atenção Primária de Capelinha-MG - "O cuidado começa no acolhimento", sem data;
*Material Didático: Roda de conversa com médicos da Atenção Primária de Capelinha-MG, "Promovendo o cuidado com maior equidade", sem data;
* Ofício s/n - Da Secretaria Municipal de Saúde, de 30 de abril de 2024, enviado em resposta ao Ofício SES/GAB-AUDSUS nº269/2024, de 08/05/2024 - Comunicado de Auditoria;
*Termo de entrevista da Sra. B.C.C., responsável pela Coordenação Técnica de Regulação, de 26/06/2024.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: Por meio do Ofício 668/SMS/2024, datado de 7 de novembro de 2024, a Sra. E.S.N. (pessoa física e representante legal da Secretaria Municipal de Saúde de Capelinha) se manifestou da seguinte forma:

Entramos em contato com a Regional de Saúde de Diamantina para solicitar as listas de presença das reuniões das quais participamos. A responsável, Sra. S.L.M.D. (CASES - SRS/Diamantina), informou que não foi possível obter as listas devido ao caráter remoto das reuniões. Contudo, recebemos regularmente, por e-mail e WhatsApp, os agendamentos e orientações dessas reuniões, o que nos mantém atualizados sobre mudanças e reforços de informações relevantes. Anexamos as listas de presença de algumas reuniões realizadas em conjunto a atenção primária, onde foram orientadas mudanças de fluxos e esclarecendo dúvidas.

Análise da Justificativa: Em sua justificativa, o auditado informou que não foi possível obter as listas de presença das reuniões ocorridas na SRS Diamantina, devido ao caráter remoto das mesmas. O SCRA da SMS de Capelinha não apresentou um planejamento e um cronograma para realizar as capacitações regulares para as equipes das Unidades de Saúde do Município, assim como não apresentou documentos comprobatórios da realização de tais capacitações, como: materiais didáticos ou certificados. Foram apresentadas listas de presença de reuniões ocorridas em 11/01, 01 e 28/02/2024 nas quais foram abordados assuntos das rotina da Atenção Primária a Saúde (APS). Verificou nos documentos enviados que apenas nas reuniões ocorridas em 08/05 e 08/08/2024 foram abordados assuntos específicos ao SCRA, relacionados, na primeira reunião, às solicitações das especialidades no sistema de informática (saudeweb), e na segunda reunião, do dia 19/06/2024, ao treinamento com o Tutorial da saudeweb. Através da análise dos documentos enviados - Anexos: Atas de Reuniões, concluiu-se que a correção da não conformidade está em curso, mas não foi efetivada.

Avaliando-se a manifestação e a documentação apresentadas, as justificativas foram parcialmente acatadas, não sendo suficientes para afastar a não conformidade. Propõe-se a aplicação da penalidade de Advertência Escrita ao auditado.

Acatamento da Justificativa: Parcialmente

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPELINHA	19 229.921/0006-63

Recomendação: Garantir que o SCRA capacite de forma permanente as equipes das unidades de saúde, bem como manter documentação comprobatória dessa ação, tais como: planejamento anual das atividades, cronograma de capacitações e comprovantes da realização das mesmas (materiais didáticos, listas de presença, certificados e outros), conforme previsto na Portaria de Consolidação Nº 2/2017, Anexo XXVI, Art. 8º, §1º, Inciso VII e Art. 10, §3º, Inciso II.

Destinatários da Recomendação



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Nome	CPF/GNPJ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPELINHA	19.229.921/0006-63

Grupo: Assistência Média e Alta Complexidade

Constatação Nº: 688674

Subgrupo: Assistência Hospitalar/Ambulatorial

Item: Recursos Humanos

Constatação: As equipes de Regulação, Controle e Avaliação não são capacitadas de forma permanente.

Evidência: Foi apresentado um Ofício S/N - Da Secretaria Municipal de Saúde, assinado pela Coordenadora Técnica de Regulação Sra. B.C.C e pela atual médica reguladora D.A.S.C., onde são relacionadas atividades das quais participaram em janeiro e março de 2024 a saber:

- Reunião on-line com a SRS-Diamantina, Tema - Discussão da Deliberação-CIB-SUS nº 4569, que aprova o Plano Estadual de Redução de Filas de Cirurgia Eletivas no Estado de MG, em 30/01/2024;
- Reunião de capacitação - Tema: Descentralização da Gestão de Prestadores, Informes Gerais, em 19/03/2024;
- Reunião na SRS-Diamantina - Tema - Módulo de Orientação da Política de Atenção Hospitalar do Valora Minas - Rede Resposta para o Município de Capelinha- MG, sem data da realização;
- Reunião da Prestação de Contas Opera Mais/2023 no GEICOM - realizada on line, em 18/03/2024;
- Reunião na SRS Diamantina - Tema - Rede de Atenção à Saúde e Fluxo Regulatório no SUSFácil da Micro - Minas Novas/Capelinha/Turmalina -MG, em 21/03/2024;
- Reunião de Prestação de Contas Opera Mais/2023, no GEICOM, referente à Política de Transporte Eletivo em Saúde do Estado de MG, on-line, em 25/03/2024.

Constatou-se, portanto, que as servidoras do SCRA participaram de reuniões pontuais (uma em janeiro e quatro reuniões em março de 2024, sendo que uma delas não possui data da realização), e que não foram apresentados materiais didáticos, lista de presença, certificados e outros documentos que comprovem a ocorrência de capacitações/reuniões. Além disso, não foi apresentado um cronograma que comprove a ocorrência de capacitação permanente de todos os membros da equipe de Regulação, Controle e Avaliação.

Em entrevista, a Coordenadora Técnica de Regulação, Sra. B.C.C., confirma que não existe capacitação permanente para a Equipe do SCRA.

Tal fato está em desacordo com a Portaria de Consolidação nº 2/2017, Anexo XXVI, Art 10, Caput, Inciso V.

Fonte da Evidência: * Ofício S/N - Da Secretaria Municipal de Saúde, de 30 de abril de 2024, enviado em resposta ao Ofício SES/GAB-AUDSUS nº269/2024, de 08/05/2024 - Comunicado de Auditoria;

* Termo de entrevista da Sra. B.C.C., responsável pela Coordenação Técnica de Regulação, de 26/06/2024.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: Por meio do Ofício 668/SMS/2024, datado de 7 de novembro de 2024, a Sra. E.S.N. (pessoa física e representante legal da Secretaria Municipal de Saúde de Capelinha) se manifestou da seguinte forma:

Entramos em contato com a Regional de Saúde de Diamantina para solicitar as listas de presença das reuniões das quais participamos. A responsável, Sra. S.L.M.D. (CASES - SRS/Diamantina), informou que não foi possível obter as listas devido ao caráter remoto das reuniões. Contudo, recebemos regularmente, por e-mail e WhatsApp, os agendamentos e orientações dessas reuniões, o que nos mantém atualizados sobre mudanças e reforços de informações relevantes. Anexamos as listas de presença de algumas reuniões realizadas em conjunto a atenção primária, onde foram orientadas mudanças de fluxos e esclarecendo dúvidas.

Análise da Justificativa: Em sua justificativa, o auditado informou que não foi possível obter as listas de presença das reuniões ocorridas na SRS-Diamantina, devido ao caráter remoto das reuniões. Não foi apresentado um planejamento anual de capacitações para a equipe do SCRA ou um cronograma com a previsão de capacitações regulares desenvolvidas para a equipe, assim como não foram apresentados documentos comprobatórios da realização de tais capacitações, como: lista de presença, materiais didáticos e certificados.



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Avaliando-se a manifestação apresentada, considera-se que não foram apresentadas justificativas suficientes para afastar a não conformidade. Propõe-se a aplicação de penalidade de Advertência Escrita ao auditado.

Acatamento da Justificativa: Não

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPELINHA	19 229.921/0006-63

Recomendação: Garantir que os profissionais do SCRA sejam capacitados de forma permanente, bem como manter documentos comprobatórios dessa ação, tais como: o planejamento anual das atividades, o cronograma de capacitações e os comprovantes da realização das mesmas (materiais didáticos, listas de presença, certificados e outros), conforme previsto na Portaria de Consolidação Nº 2/2017, Anexo XXVI, Art. 10, Caput, Inciso V.

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPELINHA	19 229.921/0006-63

Grupo: Regulação

Constatação Nº: 688484

Subgrupo: Controle e Avaliação

Item: Rotinas de Trabalho

Constatação: A SMS executa o controle do acesso da população própria a serviços de saúde disponíveis no seu território.

Evidência: Durante a auditoria, verificou-se a que a SMS de Capelinha disponibiliza a seus munícipes, em seu próprio território, exames, consultas com médicos especialistas e cirurgias eletivas.

A responsável pelo controle dos exames realizados no município é a Sra. A.C.F.G., Coordenadora da Atenção Primária à Saúde (APS). Em entrevista, a Sra. A.C.F.G. informou que os exames laboratoriais de rotina e os exames de Raio-X são realizados na Fundação Hospitalar São Vicente de Paulo e que os eletrocardiogramas são realizados no Centro de Especialidades Médicas (CEM). Existe um cronograma com horários definidos para cada Equipe de Saúde da Família (ESF) enviar os usuários para realização dos exames e, caso necessário, são disponibilizados horários/vagas extras para as urgências. Para esses exames, não existe demanda reprimida.

Foram apresentados:

- Cronograma de Raio-X da APS, do dia 29/04 a 31/05, com os horários definidos para cada ESF, de segunda a domingo, exceto sexta-feira.
- Cronograma de exames laboratoriais, do mês de junho/2024, com as datas, horários e vagas disponíveis por ESF.
- Agenda disponibilizada para atendimento de eletrocardiograma, de maio/2024, com o horário para cada ESF, por dia do mês.

Segundo a Coordenadora da APS, os exames de ultrassom são realizados no CEM e são diferenciados em dois tipos: 1) Para os ultrassons obstétricos, são disponibilizadas 1 a 2 vagas por ESF/mês. O controle das gestantes que serão atendidas é realizado pelas próprias ESFs. Não há demanda reprimida; 2) Para os demais ultrassons, as solicitações são registradas no Sistema de Informação implantado no município, o Saudeweb. A definição de prioridade é realizada pelos médicos das ESF. Existe demanda reprimida para esses procedimentos.

Foi apresentada a agenda disponibilizada para atendimento de ultrassom obstétrico, no dia 01/07/2024, na Clínica Medvale, com 20 vagas distribuídas entre as ESFs. Além de um Relatório de Regulação extraído do Saudeweb, que possui uma lista de espera para realização de ultrassonografias, com classificação de prioridade em alta, média e baixa.



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



A Coordenadora da APS informou que as solicitações de consultas com médicos especialistas oferecidas no CEM também são registradas no Saudeweb e que existe definição de prioridade feita pelos médicos das ESF. As marcações são feitas no CEM, de acordo com a disponibilidade de vagas e com as prioridades definidas.

Foram verificados:

- Relatório Regulação extraído do Saudeweb, com exemplo de lista de espera referente à consulta com médico cirurgião geral, com classificação da prioridade.
- Lista de espera de especialidade, de janeiro de 2023, por especialidade médica, por ESF e por classificação de risco;
- Relatório de Produção do CEM, referente à consulta médica em atenção especializada, com médicos: reumatologista, urologista, endocrinologista, cirurgião geral, pneumologista, pediatra, dermatologista, ginecologista, neurologista e cardiologista, com dados de fevereiro a abril de 2024.

Verificou-se ainda, que o município oferece cirurgias eletivas e consultas pré-cirúrgicas a seus munícipes, no próprio território. Esses procedimentos são solicitados por meio do Saudeweb, agendados pela Sra. B.C.C., Coordenadora Técnica de Regulação, e regulados pela Médica Autorizadora, Sra. D.A.S.C.

Foram verificados:

- Planilhas para fechamento mensal referentes a agendamentos de avaliações pré-operatórias e de cirurgias eletivas, nas especialidades de: cirurgia geral, ortopedia, ginecologia, urologia, otorrinolaringologia e oftalmologia, dos anos de 2023 e 2024.
- Relatórios extraídos do Saudeweb referentes a lista de espera, das especialidades de cirurgia geral, urologia, otorrinolaringologia, ginecologia, com classificação de prioridade.

Tal fato está de acordo com a Resolução de Consolidação CIT N° 1/2021, Anexo III, item 4.1.j e com a Portaria de Consolidação nº 2/2017, Anexo XXVI, Art. 5º, inciso II e Art. 10, §3º, Inciso II.

Fonte da Evidência: * Termo de entrevista da Sra. A.C.F.G., Coordenadora da Atenção Primária à Saúde, de 26/06/2024;
* Cronograma RX da Atenção Primária à Saúde. Fundação Hospitalar. Do dia 29/04 a 31/05;
* Cronograma de exames laboratoriais da Fundação Hospitalar, mês junho/2024;
* Agenda disponibilizada para atendimento de Eletrocardiograma, de maio/2024, Local de atendimento: CEM - Centro de Especialidades Médicas;
* Agenda disponibilizada para atendimento de ultrassom obstétrico, dia 01/07/2024, Local de atendimento: Clínica Medvale;
* Relatório Regulação extraído do Saudeweb, em 26/06/2024, Exame de imagem - ultrassonografia;
* Relatório Regulação, extraído do Saudeweb, em 26/06/2024, com a lista de espera, para consulta médica em atenção especializada com médico cirurgião geral;
* Lista de espera de especialidade, de janeiro de 2023;
* Relatório de Produção do CEM referente a consultas médicas em atenção especializada com: reumatologista, urologista, endocrinologista, cirurgião geral, pneumologista, pediatra, dermatologista, ginecologista, neurologista e cardiologista, com dados de fevereiro a abril de 2024;
* Planilhas para fechamento mensal - Avaliações pré-operatórias, nas especialidades de: cirurgia geral, ortopedia, ginecologia, urologia, otorrinolaringologia e oftalmologia, de janeiro de 2023 a junho de 2024.
* Planilhas para fechamento mensal - Cirurgias eletivas, nas especialidades de: cirurgia geral, ortopedia, ginecologia, urologia, otorrinolaringologia e oftalmologia, de janeiro de 2023 a junho de 2024.
* Relatórios extraídos do Saudeweb referentes à lista de espera das especialidades de cirurgia geral, urologia, otorrinolaringologia e ginecologia.

Conformidade: Conforme

Grupo: Regulação

Constatação N°: 688629

Subgrupo: Controle e Avaliação

Item: Rotinas de Trabalho



Constatação: A Secretaria Municipal de Saúde controla a referência de seus municípios a ser realizada em outros municípios.

Evidência: Durante a auditoria, verificou-se que o município de Capelinha encaminha seus municípios para atendimento em outros municípios, tanto pela Programação Pactuada Integrada (PPI), quanto pelo Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Jequitinhonha (CISAJE), sendo Diamantina e Belo Horizonte as principais referências.

As vagas disponíveis para realização de consultas e exames pelo CISAJE em Diamantina, são informadas e agendadas na SMS, por meio do sistema informatizado do Consórcio, e as demandas para agendamento são identificadas a partir do Saudeweb.

Foram apresentados:

- Relatórios de TFD encaminhados para Diamantina, extraídos do Saudeweb. Amostra referente à consulta com médico gastroenterologista e exames de ecocardiografia transtorácica e colonoscopia, dos anos de 2023 e 2024;
- Relatórios de TFD autorizados para realização em Diamantina (lista de espera), extraídos do Saudeweb. Amostra referente à consulta com médico gastroenterologista e exames de ecocardiografia transtorácica e colonoscopia, dos anos de 2023 e 2024;
- Relatório do CISAJE de Procedimentos realizados, no período de 01/02 a 30/04/2024;
- Planilha para fechamento mensal - TFD Diamantina, com os agendamentos realizados de janeiro de 2023 a junho de 2024;
- Caderno de controle de marcação diário para os atendimentos em Diamantina.

Constatou-se que as marcações de procedimentos de média complexidade realizados em Belo Horizonte, para população de Capelinha e para os demais municípios da Microrregião, ficam a cargo de Minas Novas (outro município polo da Microrregião de Turmalina/Minas Novas/Capelinha). Já as marcações de procedimentos de alta complexidade realizados em Belo Horizonte, para população de Capelinha e dos demais municípios da Macrorregião, ficam a cargo de Diamantina (polo da Macrorregião Jequitinhonha).

Foram apresentados:

- Relatórios de TFD autorizados para realização em Belo Horizonte (lista de espera), extraídos do Saudeweb. Amostra referente à consulta com médico ortopedista da coluna e com médico hematologista, dos anos de 2023 e 2024;
- Exemplos de e-mail e ofícios encaminhando pacientes para marcação de procedimentos em Minas Novas e Diamantina.

Além disso, verificou-se que a SMS de Capelinha realiza a marcação de avaliação cirúrgica e de cirurgias para os próprios municípios diretamente em Belo Horizonte. Foi verificado um exemplo de Ofício de solicitação de cirurgia, de 18/06/2024, bem como Protocolos de Devolução da AIH pela SMS de Belo Horizonte, com laudos autorizados ou negados.

Constatou-se que as demandas dos procedimentos realizados em outros municípios possuem classificação de prioridade (em alta, média e baixa), realizada pela Sra. D.A.S.C., médica reguladora, com base no Protocolo de Normatização do Tratamento Fora do Domicílio do Município de Capelinha - MG.

Tais fatos estão de acordo com a Resolução de Consolidação CIT N° 1/2021, Anexo III, item 4.1.g e com a Portaria de Consolidação N° 2/2017, Anexo XXVI, Art. 10, § 3º, Inciso IV.

Fonte da Evidência: * Relatório extraído do site da PPI/MG, da competência 05/2024. Foco de pesquisa: Origem - Capelinha; Discriminar por: Município Atendimento. Disponível em: <http://ppiassistencial.saude.mg.gov.br/consulta-ppi>;
* Relatórios TFD; Situação: Encaminhado; Destino: Diamantina, extraídos do Saudeweb. Amostra referente à consulta médica em atenção especializada com médico gastroenterologista e exames de ecocardiografia transtorácica e colonoscopia, dos anos de 2023 e 2024;
* Relatórios TFD; Situação: Autorizado; Destino: Diamantina, extraídos do Saudeweb (lista de espera). Amostra referente à consulta médica em atenção especializada com médico gastroenterologista e exames de ecocardiografia transtorácica e colonoscopia, dos anos de 2023 e 2024;
* Relatório do CISAJE de Procedimentos com status de realizado. Período: 01/02 a 30/04/2024;



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



- * Planilha para fechamento mensal - TFD Diamantina, de janeiro de 2023 a junho de 2024;
- * Caderno de controle de marcação diário para os atendimentos em Diamantina, verificado in loco;
- * Relatórios TFD; Situação: Autorizado; Destino: Belo Horizonte (lista de espera), extraídos do Saudeweb. Amostra referente à consulta médica em atenção especializada com médico ortopedista da coluna e médico hematologista, dos anos de 2023 e 2024;
- * E-mail de solicitação de marcação de consulta com nefrologista pediátrico, para o TFD de Minas Novas, em 12/06/2024;
- * Ofício 051/SMS/2024, ao TFD de Minas Novas, de 22/04/2024; assunto: AIH - Cirurgia vascular;
- * Ofício 054/SMS/Regulação/2024, à SMS de Diamantina, de 06/05/2024, sobre consulta na especialidade de medicina fetal;
- * Ofício 083/SMS/2024, à SMS de Belo Horizonte, de 18/06/2024. Assunto: AIH em original (PPI trimestral);
- * Protocolos de Devolução da AIH da SMS de Belo Horizonte, com laudos autorizados ou negados, verificados in loco;
- * Protocolo de Normatização do Tratamento Fora do Domicílio do Município de Capelinha - MG, implantado no município, sem data.

Conformidade: Conforme

Grupo: Regulação

Constatação Nº: 688632

Subgrupo: Controle e Avaliação

Item: Atividades/Programação/Supervisão/Revisão

Constatação: A Secretaria Municipal de Saúde garante o acesso à população referenciada por outros municípios de acordo com a PPI.

Evidência: Durante a auditoria, verificou-se que a SMS de Capelinha garante o acesso à população referenciada por outros municípios, a consultas médicas (avaliações pré-cirúrgicas) e a cirurgias eletivas realizadas na Fundação Hospitalar São Vicente de Paulo. Entre os atendidos, estão municípios que possuem pactuação com Capelinha, segundo dados da PPI, a saber: Aricanduva e Turmalina.

Foram apresentadas Planilhas para fechamento mensal - Eletivas, contendo a relação de usuários que realizaram cirurgias eletivas no Município de Capelinha, nas especialidades de: urologia, ortopedia, ginecologia, otorrinolaringologia, cirurgia geral e oftalmologia, por município de origem, dos meses de janeiro de 2023 a junho de 2024.

Também foram apresentadas Planilhas contendo a relação de usuários agendados pela SMS do Capelinha para consultas especializadas realizadas antes das cirurgias eletivas nas especialidades citadas, por município de origem, de janeiro de 2023 a junho de 2024.

Tal fato está de acordo com a Portaria de Consolidação Nº 2/2017, Anexo XXVI, Art. 10, § 3º, Inciso V e com a Portaria de Consolidação nº 1/2017, Título I, Art. 3º.

Fonte da Evidência: * Relatório extraído do site da PPI Assistencial/MG, da competência 05/2024. Foco de pesquisa - Atendimento: Capelinha; Discriminar por: Gestão/Município de origem; Grupo 09 - Outras programações; Subgrupo 0907 - Eletivo/Cirúrgico. Disponível em: <http://ppiassistencial.saude.mg.gov.br/consulta-ppi>;

* Planilhas para fechamento mensal - Avaliações pré-operatórias, nas especialidades de: urologia, ortopedia, ginecologia, otorrinolaringologia, cirurgia geral e oftalmologia, de janeiro de 2023 a junho de 2024;

* Planilhas para fechamento mensal - Cirurgias eletivas, nas especialidades de: urologia, ortopedia, ginecologia, otorrinolaringologia, cirurgia geral e oftalmologia, de janeiro de 2023 a junho de 2024.

Conformidade: Conforme

Grupo: Regulação

Constatação Nº: 688476

Subgrupo: Controle e Avaliação

Item: Atividades/Programação/Supervisão/Revisão



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Constatação: A Secretaria Municipal de Saúde não participa da elaboração e revisão periódica da PPI.

Evidência: Durante a auditoria, verificou-se que não houve revisão da PPI no período de abrangência da auditoria (2023 e 2024), tanto em relação às pactuações dos procedimentos oferecidos em Capelinha, quanto em relação às pactuações realizadas com outros municípios, para atendimento à população própria.

Verificou-se um Relatório de Remanejamentos, extraído do Sistema GERASUS-SES/MG, no qual não consta nenhum registro de remanejamento solicitado pela SMS de Capelinha, no período de 01/01/2023 a 05/06/2024.

Além disso, não foram apresentados documentos técnicos relacionados à revisão da PPI, tais como: controle de cotas, atas de reuniões ou outros documentos que comprovem a avaliação dos pactos assistenciais atuais, realizada com base em critérios epidemiológicos, históricos, econômicos (incluindo a análise de produção), assim como na abertura e no fechamento de serviços e também em ações políticas, como o estabelecimento de convênios, contratos, parcerias, entre outros fatores.

Em entrevista, a Gestora de Saúde informou que existem acompanhamentos feitos de forma incipiente, que precisam ser tecnicamente aprimorados.

Tal fato está em desacordo com a Portaria de Consolidação Nº 2/2017, Anexo XXVI, Art. 10, § 3º, Inciso X e com o Manual Técnico Remanejamento, da Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais, Versão Julho/2022 (texto na íntegra).

Fonte da Evidência: * Relatório de Remanejamentos, extraído do Sistema GERASUS-SES/MG, do período de 01/01/2023 a 05/06/2024;

* Ofício 384/SMS/2024, de 07/06/2024 - Resposta da Sra. E.S.N., Secretária Municipal de Saúde de Capelinha, ao Ofício SES/GAB-AUDSUS nº269/2024, de 08/05/2024 - Comunicado de Auditoria;

* Termo de entrevista da Sra. E.S.N., Secretária Municipal de Saúde de Capelinha, de 26/06/2024.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: Por meio do Ofício 668/SMS/2024, datado de 7 de novembro de 2024, a Sra. E.S.N. (pessoa física e representante legal da Secretaria Municipal de Saúde de Capelinha) se manifestou da seguinte forma:

Fizemos estudos da pactuação atual e solicitado remanejamento pertinente (em anexo resumo da última solicitação).

Análise da Justificativa: Em sua manifestação, a Sra. E.S.N. informou sobre os estudos realizados em relação à pactuação atual e apresentou um documento, no qual constam informações sobre pactos atuais do Município relacionados a exames citopatológicos, a doenças do aparelho da visão, a radiografias, otorrinolaringologia, urologia e ortopedia. Para urologia e otorrinolaringologia consta a observação: "Solicitado em 17/09/2024".

Entretanto, o estudo apresentado não possui detalhamento da avaliação realizada, demonstrando os motivos para alteração das pactuações atuais e identificando as novas pactuações propostas. Além disso, não foi apresentado Relatório de Remanejamentos, extraído do Sistema GERASUS-SES/MG, comprovando os remanejamentos efetivados.

Avaliando-se a manifestação apresentada, as justificativas foram parcialmente acatadas, tendo em vista a iniciativa tomada pelo auditado para correção da não conformidade, entretanto não foram suficientes para afastar a não conformidade. Propõe-se a aplicação de penalidade de Advertência Escrita ao auditado

Acatamento da Justificativa: Parcialmente

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPELINHA	19 229.921/0006-63

Recomendação: Participar da elaboração e revisão periódica da PPI, conforme previsto na Portaria de Consolidação Nº 2/2017, Anexo XXVI, Art. 10, § 3º, Inciso X e no Manual Técnico Remanejamento, da Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais,



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Versão Julho/2022 (texto na íntegra).

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPELINHA	19.229.921/0006-63

Grupo: Assistência Média e Alta Complexidade

Constatação Nº: 688676

Subgrupo: Assistência Hospitalar

Item: Recursos Humanos

Constatação: O profissional que autoriza as AIHs não cumpre os pré-requisitos previstos nas normativas do SUS.

Evidência: A Secretaria Municipal de Capelinha possui uma profissional médica, Sra. D.A.S.C., responsável pela autorização de AIHs da Fundação Hospitalar São Vicente de Paulo. Foi apresentada a cópia do CRM-MG nº **864/MG da profissional, bem como cópia do Decreto nº 163, de 03/06/2024, que dispõe sobre a nomeação da Equipe do SCRA, e no qual consta o registro da Sra. D.A.S.C., como Autorizadora de AIH.

Foi apresentada também cópia de Credenciamento/Contrato nº 23/2023 de 10/03/2023 em relação à prestação de serviços da mesma no município. Em declaração, a Secretária Municipal de Saúde, Sra. E.S.N., confirma que a médica D.A.S.C é Autorizadora de AIH.

A equipe de auditoria solicitou a relação atualizada (nomes) dos médicos autorizadores de AIH do município, à Diretoria de Processamento de Produção de Média e Alta Complexidade/SES/SUBBASS-SCDPD. Através do Memorando SES/SUBASS-SCDPD Nº197, Belo Horizonte, em 06/06/2024, foi obtida a seguinte informação: "Em consulta realizada na tabela de operadores municipais disponível no SUSfácil MG, no dia 06/06/2024, observa-se que o município de Capelinha dispõe de uma profissional autorizadora com perfil de acesso "Operador Autorizador" ativo, sendo ela a Sra. D.A.S.C.".

Entretanto, não foram localizados Espelhos de AIHs autorizadas pela Sra. D.A.S.C. Na amostra de Espelhos de AIHs dos meses fevereiro, março e abril de 2024, consta o registro de outro profissional, com o CNS nº ***016286991***, como Autorizador. Em consulta à Coordenação de Regulação da SRS Diamantina foi obtida a seguinte resposta: O CNS ***016286891*** foi o cadastro anterior do profissional médico Sr. R.S., como Autorizador de AIH, desvinculado na competência 03/2021.

Diante de tal fato, conclui-se que os registros de autorização dos Espelhos de AIHs analisados não comprovam que a médica autorizadora designada pela SMS de Capelinha (Sra. D.A.S.C.) realiza as autorizações do prestador hospitalar.

Tal fato está em desacordo com o Manual Técnico Operacional do Sistema de Informações Hospitalares do SUS, versão jan/2017 - Itens 4.3 e 4.5 - Aprovado pela Portaria GM/MS nº 396/2000, Artigos 1º e 2º.

Fonte da Evidência: * Documento extraído do site do CRM-MG, em 09/06/24, em Busca por Médicos, referente à Sra. D.A.S.C., CRM nº **864-MG;
* Decreto nº 163, de 03/06/2024, que dispõe sobre a nomeação dos membros para compor a equipe de Regulação, Controle e Avaliação do município de Capelinha/MG;
* Credenciamento/Contrato nº 23/2023, de 10/03/2023;
* Declaração emitida pela Sra. E.S.N., Secretária Municipal de Saúde de Capelinha, em 09/06/2024.
* Memorando SES/SUBASS-SCDPD Nº197, Belo Horizonte, em 06/06/2024;
* Relatório do CNES em 11/06/2024;
* E-mail da Coordenação de Regulação da SRS-Diamantina em 12/06/2024;
* Espelhos de AIHs do período de fevereiro a abril de 2024.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: Por meio do Ofício 668/SMS/2024, datado de 7 de novembro de 2024, a Sra. E.S.N. (pessoa física e representante legal da



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Secretaria Municipal de Saúde de Capelinha) se manifestou da seguinte forma:

Os dados da médica reguladora foram corrigidos e atualizados no sistema de regulação, em conformidade com as exigências da auditoria. Em anexo, seguem cópias do espelho de AIH, contendo os dados atualizados, e da ficha cadastral da profissional no SCNES, comprovando o vínculo com a Secretaria de Saúde de Capelinha.

Análise da Justificativa: Avaliando-se a manifestação apresentada, considera-se que foram apresentados documentos e justificativas suficientes para afastar a não conformidade

Acatamento da Justificativa: Sim

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPELINHA	19 229.921/0006-63

Grupo: Regulação

Constatação Nº: 688477

Subgrupo: Controle e Avaliação

Item: Estruturação/Fundamentação Legal

Constatação: Existe profissional de Nível Superior da Área da Saúde formalmente designado para autorização de APAC.

Evidência: Verificou-se que houve emissão de APAC no município do Capelinha para realização de cirurgias de catarata, nos anos de 2023 e 2024 (período de abrangência da auditoria).

Foram apresentadas Sínteses da Produção do APAC, de fevereiro e março de 2023, além de fevereiro de 2024, da Fundação Hospitalar São Vicente de Paulo, extraídas do Sistema de Informações Ambulatoriais (SIA/SUS), referentes à realização do procedimento de Facoemulsificação com implante de lente intraocular dobrável (cirurgia de catarata). Verificou-se que essas APACs foram autorizadas pela Sra. D.A.S.C., profissional de Nível Superior da Área da Saúde, médica, inscrita no CRM sob o nº **864-MG.

Constatou-se que a Sra. D.A.S.C. é formalmente designada para autorização de APAC, por meio do Decreto nº 163, de 03/06/2024, que dispõe sobre a nomeação dos membros para compor a equipe de Regulação, Controle e Avaliação do município de Capelinha/MG. Além disso, a informação sobre a designação da Sra. D.A.S.C. para autorização de APAC foi reafirmada pela Sra. E.S.N., Gestora de Saúde de Capelinha, por meio de Declaração emitida em 09/06/2024.

Tal fato está de acordo com o Manual Técnico Operacional do Sistema de Informações Ambulatoriais - SIA/SUS. Março/2010, Item 6.2.1, aprovado pela Portaria GM/MS nº 396/2000, Artigos 1º e 2º.

Fonte da Evidência: * Sínteses da Produção do APAC, de fevereiro e março de 2023 e fevereiro de 2024, da Fundação Hospitalar São Vicente de Paulo, extraídas do Sistema de Informações Ambulatoriais (SIA/SUS);
* Documento extraído do site do CRM-MG, em 09/06/24, em Busca por Médicos, referente à Sra. D.A.S.C., CRM nº **864-MG;
* Decreto nº 163, de 03/06/2024, que dispõe sobre a nomeação dos membros para compor a equipe de Regulação, Controle e Avaliação do município de Capelinha/MG;
* Declaração emitida pela Sra. E.S.N., Secretária Municipal de Saúde de Capelinha, em 09/06/2024.

Conformidade: Conforme

Grupo: Assistência Médica e Alta Complexidade

Constatação Nº: 688677

Subgrupo: Assistência Hospitalar/Ambulatorial

Item: Normas/Rotinas/Protocolos/Comissões Internas

Constatação: A Comissão de Acompanhamento da Contratualização (CAC) não foi devidamente formalizada.

Evidência: Foi apresentado o extrato com os nomes de membros da CAC do Contrato 029/2021, celebrado entre o EMG/SES-MG e o Hospital São Vicente de Paulo do município de Capelinha, com 2 representantes da Contratada, sendo a Titular a Sra.



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



D.F.S. e a Suplente Sra. K.S.S. e dois representantes da Secretaria Municipal de Saúde, sendo a Titular R.A.V. e a Suplente A.L.B.

Entretanto, verificou-se que o contrato vigente é o de nº 01/2024, sendo que para tal contrato não foi apresentada a CAC referente a ele. Na Cláusula Nona do Contrato 01/2024 - Do Acompanhamento, Controle e Avaliação do Contrato, encontram-se dispostas as seguintes prerrogativas legais em relação à CAC: Para o acompanhamento da execução deste instrumento contratual, a contratante instituirá a Comissão de Avaliação e Contratualização no prazo de 30 (trinta) dias, após a assinatura deste instrumento, composta por: I - Dois representantes da Contratante, II Dois representantes da Contratada.

O parágrafo 8º dispõe que: O mandato da CAC será compatível com a vigência deste contrato, devendo qualquer alteração de sua composição ser comunicada à contratante.

Portanto, não foi apresentado ato formal (como Portaria ou Decreto), que nomeie membros (da SMS e do Hospital) para compor a Comissão de Acompanhamento da atual Contratualização da Fundação Hospitalar São Vicente de Paulo e que tenha sido objeto de publicação no Diário Oficial do município ou equivalente, conforme preconizado em legislação. Também não foram apresentados à Equipe de Auditoria, documentos como atas de reuniões, Pareceres ou Relatórios emitidos pela Comissão.

Tal fato está em desacordo com a Portaria de Consolidação nº 2/2017, Anexo XXIV, Anexo 2, Cap. II, Art.5º, Inciso VII, Cap. V, Seção IV, Art.32, Caput e §2º.

Fonte da Evidência: * Extrato com os nomes de membros da CAC do Contrato 029/2021, celebrado entre o EMG/SES-MG e o Hospital São Vicente de Paulo do município de Capelinha, em 02/01/2024;

* Termo de entrevista da Sra. B.C.C., responsável pela Coordenação Técnica de Regulação, de 26/06/2024.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: Por meio do Ofício 668/SMS/2024, datado de 7 de novembro de 2024, a Sra. E.S.N. (pessoa física e representante legal da Secretaria Municipal de Saúde de Capelinha) se manifestou da seguinte forma:

Segue cópia da Portaria 175/2024 com a nomeação dos agentes de contratação, pregoeiros, designa comissão de contratação, equipe de apoio e fiscal de contratos.

Análise da Justificativa: Verificou-se que o documento enviado (Portaria 175/2024) trata de uma Comissão de Contratação formada por três membros designados nos termos do § 2º do art. 8º da Lei nº 14.133/2021, com atuação restrita às licitações que envolvam bens ou serviços especiais. Portanto, essa Comissão não atende especificamente ao que se exige em legislação para estruturação e composição de uma Comissão de Acompanhamento da Contratualização (CAC).

Avaliando-se a manifestação apresentada, considera-se que não foram apresentadas justificativas suficientes para afastar a não conformidade. Propõe-se a aplicação de penalidade de Advertência Escrita ao auditado.

Acatamento da Justificativa: Não

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPELINHA	19 229.921/0006-63

Recomendação: Instituir Comissão de Acompanhamento da Contratualização da Fundação Hospitalar São Vicente de Paulo, com representante da SMS e do hospital, por meio de ato formal (como Portaria ou Decreto) a ser publicado em página oficial do município, além de garantir a realização das atividades próprias dessa Comissão, conforme previsto na Portaria de Consolidação Nº 2/2017, Anexo XXIV, Anexo 2, Cap. II, Art. 5º, Inciso VII e Cap. V, Seção IV, Art. 32, Caput, § 1º, incisos I a III e §2º.

Destinatários da Recomendação



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Nome	CPF/CNPJ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPELINHA	19.229.921/0006-63

Grupo: Assistência Média e Alta Complexidade

Constatação Nº: 688678

Subgrupo: Assistência Hospitalar/Ambulatorial

Item: Normas/Rotinas/Protocolos/Comissões Internas

Constatação: Não existe Comissão Municipal responsável pelo TFD formalmente nomeada pelo Gestor de Saúde.

Evidência: Em resposta à solicitação de "Ato formal de nomeação da Comissão Municipal Responsável pelo TFD ou de cada profissional para a função", feita à SMS, por meio do Comunicado de Auditoria, foi apresentado o seguinte documento: Decreto nº 163, de 03 de junho de 2024, que dispõe sobre a nomeação dos membros para compor a equipe de regulação, controle e avaliação do município de Capelinha/MG.

Entretanto, tal documento não se refere a um ato de nomeação de uma Comissão Municipal responsável pelo TFD, que de acordo com o Manual de Procedimentos de TFD da SES-MG, deve ser composta por um profissional Médico, um Assistente Social, um Funcionário responsável pelo TFD e pelo Secretário Municipal de Saúde.

Ademais, não foram apresentados pareceres ou relatórios feitos por uma Comissão, para avaliação das solicitações entregues no setor de TFD do município, antes da realização dos encaminhamentos dos usuários para tratamento.

Em entrevista, a Sra. B.C.C., responsável pela Coordenação Técnica de Regulação, relatou que não existe Comissão Municipal responsável pelo TFD formalmente nomeada.

Tal fato está em desacordo com a Portaria de Consolidação nº 1/2022, Título II, Cap. II, Art. 140, Portaria de Consolidação nº 2/2017, Anexo XXVI, Art.6º, §4º e Manual de Tratamento Fora de Domicílio - SES/MG, Pág.8, Normas Específicas, Item 2.2.

Fonte da Evidência: *Decreto nº 163, de 03 de junho de 2024, que dispõe sobre a nomeação dos membros para compor a equipe de regulação, controle e avaliação do município de a Capelinha/MG;

* Termo de entrevista da Sra. B.C.C., responsável pela Coordenação Técnica de Regulação, de 26/06/2024.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: Por meio do Ofício 668/SMS/2024, datado de 7 de novembro de 2024, a Sra. E.S.N. (pessoa física e representante legal da Secretaria Municipal de Saúde de Capelinha) se manifestou da seguinte forma: Foi realizada a nomeação da Comissão Municipal responsável pelo TFD, composta por uma médica, uma assistente social, uma servidora responsável pelo TFD e pela Secretaria Municipal de Saúde. A referida comissão está devidamente formalizada e atuando em conformidade com os parâmetros estabelecidos pelo Ministério da Saúde. Segue em anexo cópia da nomeação da comissão

Análise da Justificativa: Avaliando-se a manifestação apresentada, considera-se que foram apresentados documentos e justificativas suficientes para afastar a não conformidade

Acatamento da Justificativa: Sim

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPELINHA	19 229.921/0006-63

Grupo: Regulação

Constatação Nº: 688953

Subgrupo: Controle e Avaliação

Item: Recursos Financeiros

Constatação: Os processos de pagamento do TFD foram concedidos exclusivamente a pacientes atendidos na rede pública e



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



conveniada/contratada pelo SUS conforme legislação.

Evidência: Durante a auditoria, verificou-se que para a grande maioria dos pacientes do município de Capelinha que estão em Tratamento Fora do Domicílio (TFD) em Diamantina, Minas Novas e Belo Horizonte, é disponibilizado o transporte por meio de veículos da SMS. O município também conta com uma casa de apoio em Diamantina e outra em Belo Horizonte, onde os pacientes/acompanhantes ficam hospedados e recebem alimentação. Quando, em alguns poucos casos, os pacientes/acompanhantes informam que não querem utilizar o transporte e as Casas de Apoio disponibilizados pela SMS, e fazem solicitação de auxílio financeiro para realizar o TFD, a SMS concede uma ajuda de custo, para custeio de despesas com transporte, alimentação e hospedagem.

Foram analisados os processos de pagamento referentes a ajudas de custo fornecidas pela SMS, no período de fevereiro a abril de 2024, sendo verificado que todas essas ajudas de custo foram concedidas para os usuários da rede SUS.

Tal fato está de acordo com a Portaria de Consolidação SAES/MS nº 1/2022, Art. 135, §2º e Art. 138; com a Portaria de Consolidação nº 2/2017, Anexo XXVI, Art. 6º, caput e § 4º e com o Manual de Procedimentos de TFD da Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais.

Fonte da Evidência: - Processos de pagamento (notas de empenho, documentos pessoais, comprovante de agendamento na unidade de saúde, relatório de autorização do TFD, extratos bancários) de ajudas de custo concedidas aos pacientes/acompanhantes, do período de fevereiro a abril de 2024;

- Termo de entrevista da Sra. E.S.N., Secretária Municipal de Saúde de Capelinha, de 26/06/2024.

Conformidade: Conforme

Grupo: Regulação

Constatação Nº: 691019

Subgrupo: Controle e Avaliação

Item: Recursos Financeiros

Constatação: A SMS não disponibilizou os comprovantes das despesas junto aos processos de pagamento de TFD.

Evidência: Durante a auditoria, verificou-se que a SMS fornece aos usuários do SUS em Tratamento Fora do Domicílio (TFD) uma ajuda de custo para custeio de despesas com transporte, alimentação e hospedagem. Os valores repassados aos pacientes são de acordo com a Tabela SUS. Na autorização para o pagamento da ajuda de custo, o setor de TFD já informa o valor a que os pacientes/acompanhantes terão direito.

Contudo, ao analisar uma amostra de processos de pagamentos relacionados ao TFD, do período de fevereiro a abril de 2024, verificou-se que não é uma prática da SMS incluir, nesses processos, comprovantes de atendimento do usuário no município de destino, nem notas fiscais, recibos ou outros documentos referentes à execução da despesa, com o pagamento de passagens rodoviárias, restaurantes, hotéis, postos de gasolina, etc.

Tal fato está em desacordo com a Portaria de Consolidação SAES/MS nº 1/2022, o Art. 145.

Fonte da Evidência: * Processos de pagamento (notas de empenho, documentos pessoais, comprovante de agendamento na unidade de saúde, relatório de autorização do TFD, extratos bancários) de ajudas de custo concedidas aos pacientes/acompanhantes, do período de fevereiro a abril de 2024;

* Termo de entrevista da Sra. E.S.N., Secretária Municipal de Saúde de Capelinha, de 26/06/2024.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: Por meio do Ofício SMS 668, datado de 7 de novembro de 2024, a Sra. E.S.N. (pessoa física e representante legal da Secretaria Municipal de Saúde de Capelinha) se manifestou da seguinte forma:

A questão relativa à ajuda de custo foi regularizada conforme a legislação em vigor, estando agora em total conformidade com as normas para concessão de benefícios e indenizações no âmbito do TFD (Tratamento Fora do Domicílio).

Anexamos ofícios referentes à concessão de ajuda de custo e comprovantes de despesas.

Análise da Justificativa: Em sua justificativa a gestora informou a correção da irregularidade apontada e encaminhou em anexo alguns comprovantes de despesas das ajudas de custo concedidas a usuários do SUS.

Avaliando-se a manifestação e os documentos apresentados, considera-se que foram apresentadas



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



justificativas suficientes para afastar a não conformidade.

Acatamento da Justificativa: Sim

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPELINHA	19 229.921/0006-63

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 688886

Subgrupo: Fundo de Saúde

Item: Estruturação/Fundamentação Legal

Constatação: O Fundo Municipal de Saúde (FMS) constitui-se em Unidade Orçamentária e Gestora dos recursos.

Evidência: Através da análise dos documentos apresentados pela SMS de Capelinha: Leis Orçamentárias Anuais do município para os exercícios de 2023 e 2024, Leis de Diretrizes Orçamentárias Anuais para os exercícios de 2023 e 2024, Quadros Demonstrativos das Despesas (QDD) referentes ao mesmo período, amostragem de Notas de Empenhos (N.E) contendo detalhamento e regularidade da classificação orçamentária, Lei Municipal N.º 883/94, que institui o Fundo Municipal de Saúde de Capelinha e dá outras providências, bem como a situação cadastral no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ nº 11.349.523/0001-64, averiguou-se que o Fundo Municipal de Saúde (FMS) constitui-se em Unidade Orçamentária e Gestora dos Recursos Financeiros do SUS, com natureza jurídica nº 133-3 (Fundo Público da Administração Direta Municipal).

Tal fato está de acordo com a Lei Complementar nº 141/2012, Artigo 14.

Fonte da Evidência: - Lei Orçamentária Anual para o ano de 2023 (Lei Municipal nº 2.372/2022);
- Lei Orçamentária Anual para o ano de 2024 (Lei Municipal nº 2.456/2023);
- Lei de Diretriz Orçamentária do ano de 2023 (Lei Municipal nº 2.320/2022);
- Lei de Diretriz Orçamentária do ano de 2024 (Lei Municipal nº 2.405/2023);
- Quadros Demonstrativos das Despesas (QDD) para os anos de 2023 e 2024;
- Lei Municipal nº 883, de 08/03/1994;
- Cópias de notas de empenhos, referentes ao período de fevereiro a abril de 2024;
- Comprovante de inscrição e situação cadastral no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ nº 11.349.523/0001-64, junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil, extraído em 20/04/2024 (Site: https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/servicos/cnpjreva/cnpjreva_solicitacao.asp)

Conformidade: Conforme

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 688888

Subgrupo: Fundo de Saúde

Item: Gerenciamento

Constatação: Os recursos financeiros da contrapartida municipal não são movimentados em conta corrente vinculada ao CNPJ do FMS.

Evidência: Em análise documental da relação de contas do Fundo Municipal de Saúde, bem como de declaração emitida pela gerência de relacionamento do Banco do Brasil, datada de 24/05/2024, declarando que a conta corrente nº 8.561-8, da Agência 0396-4 (PM Capelinha - SUS) com data de abertura em 21/10/2002, encontra-se ativa e vinculada ao CNPJ 19.229.921/0001-59, constatou-se que a conta utilizada para movimentar os recursos financeiros da contrapartida municipal está vinculada ao CNPJ da Prefeitura Municipal de Capelinha e não ao CNPJ do Fundo Municipal de Saúde (CNPJ nº 11.349.523/0001-64).

Tal fato está em desacordo com a Lei complementar nº 141, Artigo 2º, Parágrafo único.

Fonte da Evidência: - Relação de contas do FMS de Capelinha;



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



- Ficha cadastral do CNPJ do FMS (nº 11.349.523/0001-64), extraído em 20/04/2024 (Site: https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/servicos/cnpjreva/cnpjreva_solicitacao.asp);
- Ficha cadastral do CNPJ da Prefeitura Municipal de Capelinha (19.229.921/0001-59), extraído em 20/04/2024 (Site: https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/servicos/cnpjreva/cnpjreva_solicitacao.asp);
- Declaração emitida pelo Banco do Brasil, em 24/05/2024;
- Extratos da conta corrente nº 8.561-8, Agência 0396-4, Banco do Brasil, dos períodos de fevereiro a abril de 2024.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: Por meio do Ofício SMS 668, datado de 7 de novembro de 2024, a Sra. E.S.N. (pessoa física e representante legal da Secretaria Municipal de Saúde de Capelinha) se manifestou da seguinte forma:

Por se tratar de uma alteração contábil, foi informado ao Controle Interno a constatação para providências.

Análise da Justificativa: Em sua justificativa a gestora confirmou a existência da não conformidade e informou que o setor de Controle Interno da Prefeitura foi acionado para a tomada de providências. Contudo não foi enviada documentação comprovando a correção da irregularidade apontada.

Avaliando-se a manifestação apresentada, considera-se que não foram apresentadas justificativas suficientes para afastar a não conformidade. Propõe-se a aplicação da penalidade de Advertência Escrita ao auditado.

Acatamento da Justificativa: Não

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPELINHA	19 229.921/0006-63

Recomendação: Criar conta corrente específica vinculada ao CNPJ do FMS para movimentar os recursos financeiros da contrapartida municipal, conforme previsto na Lei Complementar nº 141, Artigo 2º, Parágrafo único.

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPELINHA	19 229.921/0006-63

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 688893

Subgrupo: Fundo de Saúde

Item: Gerenciamento

Constatação: A Gestora Municipal de Saúde é a ordenadora de despesas do FMS.

Evidência: Durante a auditoria, verificou-se que a Lei que cria o FMS (Lei 883/94, de 08/03/1994) em seu artigo 8º, inciso V, define como uma das atribuições do Diretor do Departamento de Saúde, ordenar empenhos e pagamentos de despesas do FMS. Ao analisar uma amostra de notas de empenho, referente ao período de fevereiro a abril de 2024, verificou-se que a gestora tem assinado como ordenadora de despesas do Fundo Municipal de Saúde, conforme preconizado na legislação.

Tal fato está de acordo com o Decreto-Lei nº 200/1967, art. 80, § 1º; com a IN/DTN nº 10/91 e com a Lei Federal nº 8.080/90, art. 9º e art. 32, § 2º.

Fonte da Evidência: - Lei Municipal nº 883, de 08/03/1994;

- Notas de empenho, referentes ao período de fevereiro a abril de 2024.

Conformidade: Conforme

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 688894

Subgrupo: Fundo de Saúde

Item: Gerenciamento

Constatação: A Gestora Municipal de Saúde é a autorizadora dos pagamentos do FMS.



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Evidência: Ao proceder à análise de uma amostra de notas de empenhos, referente ao período de fevereiro a abril de 2024, verificou-se que a gestora de saúde de Capelinha tem autorizado os pagamentos, referentes aos recursos financeiros do FMS.

Tal fato está de acordo com o Decreto Estadual nº 37.924, de 16/05/1996, art. 21 e a Lei Federal Nº 8.080/90, art. 9º e art. 32, parágrafo 2º.

Fonte da Evidência: - Notas de empenho referentes ao período de fevereiro a abril de 2024.

Conformidade: Conforme

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 688900

Subgrupo: Contrato

Item: Contrato de Empresa

Constatação: O contrato firmado com o prestador hospitalar (Fundação Hospitalar São Vicente de Paulo) dispõe das cláusulas e condições exigidas em legislação.

Evidência: Em análise documental e diligências realizadas, evidenciou-se que, no período de abrangência da auditoria, a Administração Pública do Município de Capelinha celebrou o Convênio nº 01/2024, de 02/01/2024, com vigência de 12 meses, a partir da data de assinatura, com a Fundação Hospitalar São Vicente de Paulo - FHSV, para aquisição de serviços de saúde de assistência médico-hospitalar.

O referido documento dispõe de todas as cláusulas e dispositivos exigidos pela legislação em vigor, possuindo inclusive um documento descritivo contendo os serviços ambulatoriais e hospitalares contratados, além de indicadores de monitoramento para repasse de recursos, apresentando as metas quantitativas e qualitativas e a programação orçamentária estimada (valores pré e pós fixados).

Tal fato está de acordo com a Portaria de Consolidação Nº 01/2017 - artigos 130 ao 142; com a Portaria de Consolidação Nº 02/2017 - Anexo XXIV - Capítulo III - art. 32 § 1º, artigos 34, 35 e 36; e com a Lei nº 14.133/2021, art. 89, parágrafos 1º e 2º, art. 92, art. 190 e art. 191.

Ressalta-se que, observando o teor do Convênio nº 01/2024 (as cláusulas e seus incisos) e considerando as disposições da Portaria de Consolidação nº 2/2017 (art. 24 do Anexo 2 do Anexo XXIV), verifica-se que o referido instrumento caracteriza-se como CONTRATO e não como CONVÊNIO, haja visto: a) tratar-se de um instrumento jurídico para contratação de ações e serviços de saúde, contemplando a atenção hospitalar e ambulatorial no âmbito do SUS municipal; b) ser instrumento celebrado entre um ente público (FMS) e uma fundação privada (FHSV). Tal fato, entretanto classifica-se como um erro formal (nomenclatura utilizada de forma indevida), não caracterizando desconformidade e/ou irregularidade em seu conteúdo.

Fonte da Evidência: - Convênio nº 01/2024, de 02/01/2024.

- Comprovante de inscrição e situação cadastral no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ nº 15.557.480/0001-63, da Fundação Hospitalar São Vicente de Paulo, junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil, extraído em 29/07/2024 (Site: https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/servicos/cnpjreva/cnpjreva_solicitacao.asp).

Conformidade: Conforme

Grupo: Recursos Financeiros

Constatação Nº: 688905

Subgrupo: Licitação

Item: Procedimento

Constatação: O contrato formalizado com o prestador hospitalar de serviços ao SUS (Fundação Hospitalar São Vicente de Paulo) não foi precedido de processo licitatório, conforme legislação aplicável.

Evidência: Em análise documental, constatou-se a inexistência de processo administrativo licitatório para compra de serviços de saúde hospitalares pela SMS de Capelinha, junto a Fundação Hospitalar São Vicente de Paulo - FHSV.



Por meio do Ofício nº 310/2024/PJM, datado de 18/06/2024, a Procuradora Geral do Município de Capelinha informou sobre a inexistência de Procedimento Licitatório a preceder os convênios firmados com a FHSV.

Observou-se que na cláusula 18 (Da vinculação ao Edital) do Convênio nº 01/2024, vinculou-se esse instrumento jurídico ao Edital de Inexigibilidade de Chamamento Público nº 001/2022 e seus anexos. Contudo, verificou-se que o referido Edital constitui-se, na prática, apenas uma Justificativa de Inexigibilidade de Chamamento Público, com vistas à formalização de Convênio a ser executada por meio da celebração de Contrato de Gestão entre o Município de Capelinha, através da SMS, e a FHSV do mesmo município. Essa justificativa, datada de 24/01/2022, foi assinada pelo Prefeito Municipal e pela Secretária Municipal de Saúde, tendo sido publicada em 24/01/2022. Por fim, constatou-se que não foi instruído nem formalizado o Processo Licitatório, modalidade inexigibilidade, para dar sustentação jurídica à referida contratação.

Tal fato está em desacordo com a Portaria de Consolidação nº 1/2017, art. 132, caput; e com a Lei nº 14.133/2021, art. 190 e 191.

Fonte da Evidência: - Convênio nº 01/2024, de 02/01/2024;
- Ofício nº 310/2024/PJM, datado de 18/06/2024, da Procuradoria Geral do Município de Capelinha;
- Justificativa de Inexigibilidade de Chamamento Público nº 001/2022, de 24/01/2022.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: Por meio do Ofício SMS 668, datado de 7 de novembro de 2024, a Sra. E.S.N. (pessoa física e representante legal da Secretaria Municipal de Saúde de Capelinha) se manifestou da seguinte forma: Processo realizado e Termo e Contrato anexados.

Análise da Justificativa: Em sua manifestação a entidade auditada apresentou um Termo de Inexigibilidade de Licitação - Processo Administrativo de Licitação nº 085/2024, Inexigibilidade nº 029/2024 - datado de 17 de outubro de 2024 - o que não caracteriza, em si, um processo licitatório e sim um termo para abertura do mesmo. Não foi apresentado o processo licitatório instruído na íntegra conforme preconiza a Lei Federal 14.133/2021 que, em seu artigo 17, prevê que o processo de licitação observará as seguintes fases, em sequência, mesmo para os processos de inexigibilidade:

- I - preparatória;
- II - de divulgação do edital de licitação;
- III - de apresentação de propostas e lances, quando for o caso;
- IV - de julgamento;
- V - de habilitação;
- VI - recursal;
- VII - de homologação.

Nenhuma dessas fases foi apresentada na íntegra e na sequência indicada, levando-se a crer que não foram executadas. Do Termo de Inexigibilidade apresentado, saltando todas as fases citadas, partiu-se para a celebração de Contrato com o Prestador, que foi apresentado à equipe de auditores.

Também o artigo 72 da lei Federal 14.133/2021 prevê que: O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

- I - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;
- II - estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta Lei;
- III - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;
- IV - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;
- V - comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;
- VI - razão da escolha do contratado;



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



VII - justificativa de preço;

VIII - autorização da autoridade competente.

Também, nenhum desses documentos foi apresentado à equipe de auditores, levando-se a crer que inexistentes.

Pelo exposto julga a equipe de auditores pelo não acatamento da manifestação, permanecendo a não conformidade apontada.

Propõe-se a aplicação da penalidade de Advertência Escrita ao auditado e encaminhamento ao Ministério Público Estadual com base na Lei Federal nº 14.133/2021 art. 169, § 3º, inciso II e ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais com base na Lei Complementar Estadual nº 102/2008, art. 3º, inciso XVI e Lei Federal nº 14.133/2021 art. 169 inciso III c/c § 3º, inciso I.

Acatamento da Justificativa: Não

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPELINHA	19 229.921/0006-63

Recomendação: Realizar a instrução do processo licitatório para contratação da Fundação Hospitalar São Vicente de Paulo, prestadora de serviços ao SUS, conforme o previsto na Portaria de Consolidação nº 1/2017, art. 132, caput; e na Lei nº 14.133/2021, artigos 17, 72, 190 e 191.

Destinatários da Recomendação

Nome	CPF/CNPJ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPELINHA	19 229.921/0006-63

Grupo: Regionalização, Planejamento e Programação

Constatação Nº: 688880

Subgrupo: Instrumentos de Planejamento PS

Item: Aprovado pelo Conselho

Constatação: O Plano Municipal de Saúde foi elaborado pela SMS, registrado no DIGISUS e encaminhado ao Conselho Municipal de Saúde.

Evidência: Durante a auditoria, em análise documental e consulta ao Sistema DIGISUS, verificou-se que o Plano Municipal de Saúde, para o período de 2022 a 2025, foi elaborado pela SMS de Capelinha, registrado no DIGISUS e encaminhado ao Conselho Municipal de Saúde (CMS) para análise. Verificou-se ainda, que esse plano foi aprovado pelo CMS, conforme o registro na Deliberação nº 14, de 27/08/2021.

Tal fato está de acordo com a Portaria de Consolidação nº 01/2017, Artigo 94, § Único, Inciso I e Artigos 95 e 96, Caput e § 7º; Artigo 435 e Artigo 436, Inciso I, a.

Fonte da Evidência: - Plano Municipal de Saúde - 2022 a 2025;

- Consulta ao Sistema DIGISUS, em 19/04/2024;

- Deliberação do CMS nº 14, de 27/08/2021.

Conformidade: Conforme

Grupo: Regionalização, Planejamento e Programação

Constatação Nº: 688881

Subgrupo: Instrumentos de Planejamento PS

Item: Aprovado pelo Conselho



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



Constatação: A Programação Anual de Saúde foi elaborada pela SMS, registrada no DIGISUS e encaminhada ao Conselho Municipal de Saúde.

Evidência: Durante a auditoria, em análise documental e consulta ao Sistema DIGISUS, verificou-se que a Programação Anual de Saúde (PAS), para o ano de 2024, foi elaborada pela SMS de Capelinha, registrada no DIGISUS e encaminhada ao Conselho Municipal de Saúde para análise. Verificou-se ainda, que a PAS foi aprovada pelo CMS, conforme o registro na Deliberação nº 04, de 30/04/2024.

Tal fato está de acordo com a Portaria de Consolidação nº 01/2017, Artigo 94, § Único, Inciso I, Artigos 95, 97, 98, Inciso I, Artigo 435 e Artigo 436, Inciso I, b.

Fonte da Evidência: - Programação Anual de Saúde - 2024;
- Consulta ao Sistema DIGISUS, em 19/04/2024;
- Deliberação do CMS nº 04, de 30/04/2024.

Conformidade: Conforme

Grupo: Regionalização, Planejamento e Programação

Constatação Nº: 688882

Subgrupo: Instrumentos de Planejamento RAG

Item: Aprovado pelo Conselho

Constatação: O Relatório Anual de Gestão foi elaborado pela SMS no DIGISUS e encaminhado ao Conselho Municipal de Saúde.

Evidência: Durante a auditoria, em análise documental e consulta ao Sistema DIGISUS, verificou-se que o Relatório Anual de Gestão (RAG), para o ano de 2023, foi elaborado pela SMS de Capelinha no DIGISUS e encaminhado ao CMS para análise. Verificou-se, ainda que o RAG foi aprovado pelo CMS, conforme o registro na Deliberação nº 06, de 26/03/2024.

Tal fato está de acordo com a Portaria de Consolidação nº 01/2017, Artigo 94, § Único, Inciso I e Artigos 95 e 99, Caput e § 3º, Artigo 435 e Artigo 436, Inciso II, b; e com a Portaria de Consolidação nº 04/2017, Anexo III, Capítulo III, Artigo 15.

Fonte da Evidência: - Relatório Anual de Gestão (RAG), para o ano de 2023;
- Consulta ao Sistema DIGISUS, em 19/04/2024;
- Deliberação do CMS nº 06, de 26/03/2024.

Conformidade: Conforme

Grupo: Regionalização, Planejamento e Programação

Constatação Nº: 688884

Subgrupo: Relatório de Gestão

Item: Aprovação pelo Conselho

Constatação: Os Relatórios Detalhados do Quadrimestre Anterior (RDQAs) do ano de 2023 foram elaborados pela SMS no DIGISUS e encaminhados ao Conselho Municipal de Saúde e apresentados à Casa Legislativa Municipal.

Evidência: Durante a auditoria, em análise documental e consulta ao Sistema DIGISUS, verificou-se que o segundo e terceiro RDQAs, do ano de 2023, foram elaborados pela SMS no DIGISUS e encaminhados ao CMS para análise. Verificou-se, que esses relatórios foram aprovados pelo CMS, conforme o registro em deliberações do CMS.

Constatou-se ainda que esses relatórios foram apresentados em reunião da Câmara de Vereadores, conforme declarações expedidas pelo Presidente da Mesa Diretora da Câmara de Vereadores do Município de Capelinha.

Tal fato está de acordo com a Portaria de Consolidação nº1/2017, artigos 94, 100, Caput 435 e 436, item II, a; com a Lei Complementar nº 141/2012, art. 36, Caput e § 5º e art. 41.

Fonte da Evidência: - Segundo e Terceiro RDQAs, do ano de 2023;
- Consulta ao Sistema DIGISUS, em 19/04/2024;
- Deliberação do CMS nº 23, de 29/11/2023, que aprova o Segundo RDQA do ano de 2023;
- Deliberação do CMS nº 05, de 12/03/2024, que aprova o Terceiro RDQA do ano de 2023;
- Declarações expedidas pelo Presidente da Mesa Diretora da Câmara de Vereadores do Município de Capelinha,



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS
Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais
Relatório Consolidado



informando sobre as apresentações em reuniões da Câmara do Segundo e Terceiro RDQAs, do ano de 2023, datadas de 18/12/23 e 08/04/2024.

Conformidade: Conforme

Grupo: Regionalização, Planejamento e Programação Constatação Nº: 688957
Subgrupo: Relatório de Gestão
Item: Sistemática de Elaboração/Conteúdo

Constatação: O Primeiro Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior (RDQA) do ano de 2024 não foi elaborado pela SMS no DIGISUS.

Evidência: Durante a auditoria, em consulta ao sistema DIGISUS, no dia 19/04/2024, verificou-se que o Primeiro RDQA do ano de 2024 não foi elaborado pela SMS no DIGISUS. A Referência Técnica para os Instrumentos de Gestão do município de Capelinha justificou, por meio do Ofício nº 352, de 20/05/2024, que: devido a um atraso na alimentação de dados do SIOPS - Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos e à indisponibilidade dos dados sobre produções dos serviços de saúde, que são fornecidos pelo DATASUS, ainda não foi possível a finalização do primeiro RDQA do ano de 2024.

Tal fato está em desacordo com a Portaria de Consolidação nº1/2017, Artigos 94, 435 e 436, item II, a; e com a Lei Complementar nº 141/2012, art. 36, Caput.

Fonte da Evidência: - Ofício nº 352, de 20/05/24, expedido pela Referência Técnica para os Instrumentos de Gestão do município de Capelinha, informando sobre a não elaboração do Primeiro RDQA de 2024.
- Consulta ao Sistema DIGISUS, em 19/04/2024.

Conformidade: Não Conforme

Justificativa: Por meio do Ofício SMS 668, datado de 7 de novembro de 2024, a Sra. E.S.N. (pessoa física e representante legal da Secretaria Municipal de Saúde de Capelinha) se manifestou da seguinte forma:
RDQA avaliado e em conformidade (consulta DIGISUS em anexo).

Análise da Justificativa: Avaliando-se a manifestação apresentada, a justificativa foi acatada, uma vez que a documentação apresentada demonstra a correção da não conformidade encontrada, sendo suficiente para afastar a não conformidade.

Acatamento da Justificativa: Sim

Responsável(eis)

Nome	CPF/CNPJ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPELINHA	19 229.921/0006-63

VI - CADASTRO DA NOTIFICAÇÃO

Origem: Diretoria de Auditoria Assistencial Data: 26/08/2024
Ofício Nº: 4812024 Data: 26/08/2024

VII - REGISTRO FINAL SOBRE A NOTIFICAÇÃO

Por meio do Ofício SES/GAB-AUDSUS nº 481/2024, de 26/08/2024, foi encaminhado o Relatório Preliminar de Auditoria nº 752 à Secretaria Municipal de Saúde de Capelinha, para conhecimento e manifestação, o qual foi recebido em 02/09/2024, conforme Aviso de Recebimento dos Correios BR 93635457 4 BR.
Foi também encaminhado o Ofícios SES/GAB-AUDSUS nº 482/2024, de 26/08/24 juntamente com o Relatório Preliminar, a Sra. E.S.N (pessoa física responsabilizável à época dos fatos), para conhecimento e manifestação, o qual foi recebido em 04/09/2024, conforme Avisos

Acesso 1497127



SNA - Sistema Nacional de Auditoria do SUS

Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais

Relatório Consolidado



de Recebimento dos Correios BR 93635456 5 BR.

Por meio do e-mail: regulacao@pmcapelinha.mg.gov.br, de 30/09/24, a Gestora de Saúde solicitou prorrogação de prazo para manifestação, o qual foi concedido por meio do Ofício SES/URSDIA-ARAS-SUS/MG nº. 8/2024, de 1/10/24.

Por meio do Ofício nº 668/SMS2024, de 07/11/2024, a Sra. E.S.N. (pessoa física e representante legal da SMS de Capelinha - pessoa jurídica) apresentou manifestação em 1ª Instância, com relação às constatações não conformes registradas no Relatório Preliminar de Auditoria.

Essa manifestação foi analisada pela equipe responsável pela auditoria.

O Relatório Final de Auditoria será elaborado e encaminhado à pessoa jurídica, bem como à pessoa física responsável, sendo-lhes assegurado o direito à ampla defesa e contraditório em segunda instância.

VIII - CONCLUSÃO

A auditoria na Secretaria Municipal de Saúde de Capelinha foi realizada de acordo com o Regulamento do Sistema de Auditoria Assistencial da Secretaria de Estado de Saúde, aprovado pela Resolução SES-MG nº 2.906, de 24/08/2011. Transcorridas todas as etapas do processo de auditoria, a equipe concluiu que os objetivos foram alcançados, com a verificação e detecção de:

- Inexistência do Componente Municipal de Auditoria;

- Falhas na estruturação e funcionamento do Serviço de Controle, Avaliação e Regulação (SCRA), a saber: Ausência de implantação de protocolos de regulação de acesso; falta de capacitação permanente das equipes das unidades de saúde, pelo SCRA, bem como dos profissionais do SCRA, além de ausência de Comissão de Avaliação da Contratualização (CAC) devidamente formalizada e não participação da SMS na elaboração e revisão periódica da PPI;

- Irregularidades na organização do Fundo Municipal de Saúde, a saber: Os recursos financeiros da contrapartida municipal não são movimentados em conta corrente vinculada ao CNPJ do FMS e o contrato formalizado com o prestador hospitalar de serviços ao SUS (Fundação Hospitalar São Vicente de Paulo) não foi precedido de processo licitatório, conforme legislação aplicável.

A Gestora de Saúde de Capelinha apresentou manifestação em 1ª Instância, com relação às constatações não conformes registradas no Relatório Preliminar de Auditoria. Essa manifestação foi analisada pela equipe responsável pela auditoria. Algumas justificativas foram acatadas, uma vez que as irregularidades foram sanadas; outras foram acatadas parcialmente ou não foram acatadas, uma vez que os argumentos e/ou documentos apresentados não foram suficientes para afastar as não conformidades.

O presente processo de auditoria continuará em tramitação, garantindo ao auditado o direito de defesa em segunda instância. Recomenda-se que a Secretaria Municipal de Saúde mantenha a observância aos preceitos legais, com vistas à garantia da qualidade da atenção prestada aos usuários do SUS.

ENCAMINHAMENTOS

Encaminhamento de Relatório Final de Auditoria nº 752, para conhecimento e manifestação em segunda instância:

1- Ofício de Aplicação de penalidade à Secretaria Municipal de Saúde de Capelinha (pessoa jurídica);

2- Ofício de Notificação de Relatório Final de Auditoria à Sra. E.S.N (pessoa física);

Após transcorridas todas as fases do processo administrativo, também será dada ciência dos resultados dessa auditoria:

1 - Ao Conselho Municipal de Saúde de Capelinha;

2 - À Superintendência Regional de Saúde de Diamantina;

3- Ao Ministério Público Estadual;

4- Ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

